

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014



CONTABILIDADE

TIPO 1 - BRANCA

Organizadora:



Texto para responder às questões de 01 a 07.

Eleições no Brasil

Thais Pacievitch.

As eleições no Brasil são realizadas através do voto direto, secreto e obrigatório. A primeira eleição da qual existem registros no Brasil, ocorreu em 1532, por meio da qual foi escolhido o representante do Conselho da Vila de São Vicente.

Atualmente no Brasil ocorrem eleições a cada dois anos, sempre nos anos pares. À exceção do cargo de senador, que tem mandatos com duração de oito anos, os demais cargos eletivos têm mandatos de quatro anos. Como as eleições ocorrem a cada dois anos, os cargos eletivos são disputados em dois grupos, da seguinte forma: eleições federais e estaduais – para os cargos de: Presidente da República (e vice), Senador, Deputado Federal, Governador (e vice) e Deputado Estadual; eleições municipais – para os cargos de Prefeito (e vice) e Vereadores.

As eleições ocorrem no primeiro domingo de outubro. Os cargos correspondentes ao Poder Legislativo (Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores) são disputados em turno único. Para os cargos do Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos), pode haver segundo turno, a ser realizado no último domingo de outubro.

Os candidatos a qualquer cargo são filiados a algum dos mais de 30 partidos políticos legalizados existentes no país, cada um com uma ideologia política. Todos os partidos recebem recursos do fundo partidário, acesso aos meios de comunicação (rádio e TV), e direito ao horário eleitoral durante as campanhas.

O processo eleitoral é organizado pela Justiça Eleitoral, que é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja sede é em Brasília, pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), sendo um em cada estado, território ou Distrito, pelos Juízes Eleitorais e pelas Juntas Eleitorais. Todos estes órgãos são regidos pelo Código Eleitoral, que estabelece as competências de cada órgão/segmento.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 14, o voto é facultativo para os analfabetos, aos maiores de 70 anos e para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos. É obrigatório para os cidadãos entre 18 e 70 anos, sendo necessário justificar a ausência em qualquer seção eleitoral, no dia da eleição, sob pena de multa.

Desde 2000, com o uso das urnas eletrônicas, as eleições brasileiras passaram a ser totalmente informatizadas, o que permite que atualmente sejam consideradas as eleições mais rápidas e atualizadas do mundo.

(Disponível em: <http://www.infoescola.com/direito/eleicoes-no-brasil/>. Acesso em: 10/03/2015.)

01

Sobre o valor semântico referencial dos pronomes destacados a seguir, analise.

- I. “A primeira eleição da qual existem registros no Brasil, ocorreu em 1532, por meio da qual foi escolhido o representante do Conselho da Vila de São Vicente.” (1º§) – O pronome relativo “da qual” faz referência ao sujeito da oração principal do fragmento em estudo.
- II. “O processo eleitoral é organizado pela Justiça Eleitoral, que é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja sede é em Brasília, pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), (...)” (5º§) – O pronome possessivo “cuja” está empregado corretamente, pois, deve-se colocá-lo entre o possuidor (Justiça Eleitoral) e o possuído (Tribunal Superior Eleitoral), conforme utilizado pelo enunciador do texto em análise.
- III. “Os candidatos a qualquer cargo são filiados a algum dos mais de 30 partidos políticos legalizados existentes no país, cada um com uma ideologia política.” (4º§) – O pronome indefinido “algum”, em destaque, refere-se à terceira pessoa do discurso de modo genérico, vago ou impreciso.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, II e III.

B) I, apenas.

C) II, apenas.

D) III, apenas.

02

No trecho “Para os cargos do Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos), pode haver segundo turno, a ser realizado no último domingo de outubro.” (3º§), a forma verbal “pode haver” exerce o valor semântico de

A) dúvida.

B) hipótese.

C) condição.

D) consequência.

03

“Todos os partidos recebem recursos do fundo partidário, acesso aos meios de comunicação (rádio e TV), e direito ao horário eleitoral durante as campanhas.” (4º§). Quanto à transitividade, o verbo receber pode ser classificado como

A) intransitivo.

C) transitivo indireto.

B) transitivo direto.

D) transitivo direto e indireto.

04

Analise os trechos I e II a seguir.

- I. *“Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 14, o voto é facultativo para os analfabetos, aos maiores de 70 anos e para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.”* (6º§)
- II. *“É obrigatório para os cidadãos entre 18 e 70 anos, sendo necessário justificar a ausência em qualquer seção eleitoral, no dia da eleição, sob pena de multa.”* (6º§)

Os trechos anteriores compõem uma cadeia de referência que é quando em um texto há um ou mais fragmentos textuais sem referência autônoma, cuja interpretação depende do valor referencial em um processo de catáfora, anáfora ou elipse. Ao analisar a cadeia de referência dos trechos I e II, verifica-se que

- A) o termo anafórico *“a eleição”* no trecho II retoma o valor referencial do antecedente *“o voto”*.
B) a interpretação referencial do termo *“Constituição”* do trecho I depende da sua relação anafórica com o termo *“o voto”*.
C) a catáfora expressa no sujeito do trecho II deve ser interpretada elipticamente, pois retoma o valor referencial do antecedente *“o voto”*.
D) há elipse do sujeito do trecho II, mas esse sujeito continua a ser interpretado anaforicamente, por retomada do valor referencial do antecedente *“o voto”*.

05

Em *“À exceção do cargo de senador, que tem mandatos com duração de oito anos, os demais cargos eletivos têm mandatos de quatro anos.”* (2º§), é correto afirmar que, sintaticamente, o referido período é composto por oração subordinada

- A) adjetiva restritiva. C) substantiva predicativa.
B) adjetiva explicativa. D) substantiva completiva nominal.

06

O texto *“Eleições no Brasil”* apresenta de forma sucinta o histórico do processo eleitoral e as normas em vigor. No segundo parágrafo, a autora cita: os cargos eletivos que são disputados no âmbito federal e estadual, para os cargos de: *“Presidente da República (e vice), Senador, Deputado Federal, Governador (e vice) e Deputado Estadual; eleições municipais – para os cargos de Prefeito (e vice) e Vereadores”*. Sabe-se que, ao serem eleitos e empossados serão diferencialmente tratados, inclusive pelo emprego dos pronomes de tratamento e vocativos que obedecem à secular tradição. O vocativo *“Excelentíssimo Senhor”* deve ser empregado ao se referir às seguintes autoridades:

- A) Senador da República e Deputado Federal.
B) Presidente da República e Senador da República.
C) Presidente da República (e vice) e Deputado Federal.
D) Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Congresso Nacional.

07

***“As eleições no Brasil são realizadas através do voto direto, secreto e obrigatório. A primeira eleição da qual existem registros no Brasil, ocorreu em 1532, por meio da qual foi escolhido o representante do Conselho da Vila de São Vicente.”* (1º§). Para desenvolver o trecho anterior, utilizou-se uma**

- A) exploração de aspectos temporais que obedece a uma lógica de ordenação ao desejar estabelecer uma retrospectiva histórica.
B) citação de razões ou motivos que comprovam a afirmativa presente no tópico frasal que destaca as características do voto no Brasil que é direto, secreto e obrigatório.
C) exemplificação que esclarece a afirmativa contida no tópico frasal por meio de dados históricos que contextualizam o surgimento do primeiro processo eletivo brasileiro.
D) enumeração que tem como objetivo relacionar aspectos importantes, informações perenes e detalhes pormenores da forma como foram escolhidos os representantes do povo.

Texto para responder às questões de 08 a 10.

Ao se casar, a cientista ambiental *Annie Leonard* recusou-se a buscar em uma joalheria da moda o seu anel de ouro, novo em folha, como costuma acontecer à maioria dos noivos nesse momento, repleto de simbolismos. Preferiu garimpar em um antiquário uma peça usada, que lhe ornasse o dedo anular. O episódio é descrito em seu extraordinário livro *A História das Coisas* (Editora Zahar), em que a autora faz uma análise sobre a origem das coisas que consumimos no dia a dia. Ela relaciona essa origem aos processos produtivos, nem sempre limpos, como ocorre com o algodão de nossas prosaicas camisetas básicas, ou mesmo o ouro, cuja extração ao redor do mundo ainda deixa um rastro obscuro de devastação ambiental, social, humana.

Ao optar por não estimular o consumo do metal, nossa protagonista rompeu com a cadeia produtiva nefanda na qual o ouro costuma estar metido. Embora haja iniciativas ao redor do mundo que tentam limpar a pegada do metal precioso, fato é que para a América Latina o tema carece de emergencial revisão.

Entre 2001 e 2013, cerca de 1.680 km² de floresta tropical, algo como a cidade de São Paulo, foi perdido para a atividade ilegal na região, conforme recente estudo feito pela Universidade de Porto Rico, liderado pela pesquisadora *Nora Álvarez-Berrios* e publicado na revista *Environmental Research Letters*.

(Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/02/bmineracao-na-amazoniab-e-o-falso-brilho-da-festa.html>. Acesso em: 06/02/2015. Fragmento Adaptado.)

08
O significado mais adequado para a palavra “garimpar”, no contexto apresentado, é

- A) procurar meticulosamente.
- B) buscar palavras raras para expressar-se.
- C) extrair da terra substâncias minerais úteis ou preciosas.
- D) catar furtivamente metais preciosos em terreno privativo.

09
O significado mais adequado para a palavra “nefanda”, no contexto apresentado, é

- A) tirânica.
- B) extensa.
- C) execrável.
- D) complexa.

10
No trecho “(...) que lhe ornasse o dedo anular.” (1º§), o termo destacado refere-se a

- A) antiquário.
- B) peça usada.
- C) dedo anular.
- D) cientista ambiental.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11
O Internet Explorer 9 possui um modo integrado para você acessar, monitorar e interagir com os arquivos que baixar: o Gerenciador de download. Este lista os arquivos baixados da internet e permite manter o controle dos downloads por meio de informações para cada arquivo. São informações do arquivo baixado, EXCETO:

- A) Extensão e nome arquivo.
- B) Localização no computador.
- C) Endereço do site de origem.
- D) Permissão de acesso do arquivo.

12
Ao manipular arquivos e pastas no Windows XP pode ser necessário excluir arquivos ou pastas. Quanto a este fato, analise as afirmativas a seguir.

- I. Imediatamente após a exclusão deve-se utilizar o comando Desfazer para reverter a operação.
- II. Pode-se recuperar arquivo ou pasta na lixeira, pois esta armazena temporariamente os arquivos excluídos.
- III. Ao manter pressionada a tecla CTRL e pressionar a tecla DELETE sobre o arquivo selecionado excluirá o arquivo ou pasta sem envio para a lixeira.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

13

Com relação ao uso seguro de leitores de e-mails, analise as afirmativas a seguir.

- I. Configurar a atualização automática do leitor de e-mails e seus complementos.
- II. Permitir a definição automática de cookies e a criação de listas de exceções.
- III. Desabilitar o modo de visualização no formato de hipertexto (html).

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

14

Em uma planilha eletrônica, uma referência é a notação utilizada para identificar uma célula, sendo composta de uma letra e um número e podem ser absolutas, relativas e mistas. Analise o esquema de células de uma planilha genérica a seguir.

	A	B	C
1	Quantidade	20	
2			
3		Preço Unitário	Preço Total
4	Caneta	1,20	=B4 * B\$1
5	Papel	0,25	
6	Borracha	0,80	
7	Lápis	0,14	
8	Caderno	1,80	

Ao copiar a fórmula da célula C4 para C5 tem-se a fórmula:

- A) =B4 * B\$2
- B) =B4 * B\$1
- C) =B5 * B\$2
- D) =B5 * B\$1

15

A figura a seguir apresenta um trecho de um texto digitado no Word com suas linhas numeradas.

1 **Apresentação¶**

2 Na sociedade da informação, ao mesmo tempo em que as informações são

3 consideradas o principal patrimônio de uma organização, estão também sob

4 constante risco, como nunca estiveram antes. Com isso, a segurança da informação

5 tornou-se um ponto crucial para a sobrevivência das instituições.¶

6 Um dos focos das fiscalizações de Tecnologia da Informação (TI), realizadas pela

7 Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), do Tribunal de Contas

8 da União, é a verificação da conformidade e do desempenho das ações

9 governamentais em aspectos de segurança de tecnologia da informação, utilizando

10 critérios fundamentados. O principal objetivo dessas fiscalizações é contribuir para o

11 aperfeiçoamento da gestão pública, para assegurar que a tecnologia da informação

12 agregue valor ao negócio da Administração Pública Federal em benefício da

13 sociedade.¶

14 O Tribunal de Contas da União, ciente da importância de seu papel pedagógico

15 junto aos Administradores públicos e da utilidade de apresentar sua forma de

16 atuação às unidades jurisdicionadas, aos parlamentares, aos órgãos

17 governamentais, à sociedade civil e às organizações não governamentais, elaborou

18 esta publicação com o intuito de despertar a atenção para os aspectos da segurança

19 de tecnologia da informação nas organizações governamentais.¶

20 Espera-se que este trabalho seja uma boa fonte de consulta, e que o Tribunal, mais

21 uma vez, colabore para o aperfeiçoamento da Administração Pública.¶

22Quebra de página.....¶

Considerando a formatação do texto e os caracteres de controles apresentados NÃO é correto afirmar que

- A) o texto apresenta o recurso de hifenização desativado.
- B) o símbolo “¶” indica locais onde a tecla ENTER foi pressionada e o “.” onde a tecla espaço foi pressionada.
- C) entre os parágrafos que iniciam nas linhas 6, 14 e 20 existe configuração de espaçamento antes do parágrafo.
- D) a linha tracejada entre as linhas 3 e 4 representa uma quebra de página manual e a quebra de página representada na linha 22 é uma quebra automática.

16

Analise a planilha a seguir que apresenta conteúdos e as fórmulas contidas nas células.

	A	B	C	D	E	F
1		Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota Final	Resultado
2	Carlos	56,00	60,00	64,00	=média(B2:D2)	=SE(E2>=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
3	Daniela	70,00	73,00	75,00	=média(B3:D3)	=SE(E3>=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
4	Elaine	55,00	60,00	45,00	=média(B4:D4)	=SE(E4>=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
5	Everton	58,00	76,00	77,00	=média(B5:D5)	=SE(E5>=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
6	Francisco	0,00	79,00	80,00	=média(B6:D6)	=SE(E6>=60; "APROVADO"; "REPROVADO")
7	Maior Nota Final da turma		=maior(E2:E6)			

Analisando a planilha anterior, NÃO é correto afirmar que

- A) o aluno Carlos terá como resultado "APROVADO".
- B) a fórmula em E2 pode ser substituída pela fórmula $=(B2+C2+D2)/3$.
- C) a fórmula em E2 calculará a média aritmética das três notas de Carlos.
- D) a fórmula na célula C7 calculará a maior nota final entre os alunos da turma.

17

Malware são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas no computador. O **worm** é um dos tipos de **malware** que se propaga automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador. Quanto a um ataque desta natureza, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Faz a inclusão de si mesmo em outros programas ou arquivos.
- B) Necessita identificar os computadores-alvo para os quais tentará se copiar.
- C) Na propagação pode afetar o desempenho de redes e uso dos computadores.
- D) Explora vulnerabilidades existentes em programas instalados no computador-alvo.

18

A política de segurança define os direitos e as responsabilidades cada um em relação à segurança dos recursos computacionais que utiliza e as penalidades às quais está sujeito, caso não a cumpra. É considerada uma ação NÃO aceitável relativa à política de segurança:

- A) Fazer cópia de dados para *backup*.
- B) Divulgar por *e-mail* a política de segurança.
- C) Utilizar senha compartilhada de *login* do sistema.
- D) Manter *logs* em programas e serviços do computador.

19

Quando um programa é executado, ele herda as permissões da conta de usuário que o executou e pode realizar operações e acessar arquivos de acordo com estas permissões. Quanto ao uso da conta de usuário administrador, no **Windows XP**, NÃO é correto afirmar que

- A) permite instalação inadvertida de código malicioso.
- B) facilita o trabalho do usuário e aumenta a segurança de uso.
- C) tem privilégios que fornecem controle completo sobre o computador.
- D) pode acarretar exclusão de arquivos essenciais para o funcionamento do sistema de forma acidental.

20

Uma senha serve para autenticar uma conta, ou seja, é usada no processo de verificação da sua identidade, assegurando que você é realmente quem diz ser e que possui o direito de acessar o recurso em questão. É um dos principais mecanismos de autenticação usados na **internet** devido, principalmente, à simplicidade que possui. São consideradas boas práticas de segurança para protegê-la, EXCETO:

- A) Criar uma senha forte e utilizá-la para assuntos pessoais e profissionais.
- B) Certificar-se de encerrar uma sessão ao acessar *sites* que requeiram uso de senhas.
- C) Certificar-se do uso de serviços criptografados quando o acesso a um *site* envolver fornecimento de senha.
- D) Utilizar a verificação em duas etapas, pois adiciona uma segunda camada de proteção no acesso a uma conta.

NOÇÕES DE DIREITO

21

“Devido a uma crise financeira por que passava determinado município, o secretário de urbanismo determinou aos fiscais municipais que aplicassem as multas pelo descumprimento da legislação em vigor sempre nos valores máximos de forma generalizada. Com base nessa situação, houve um aumento substancial das receitas advindas da aplicação das multas.” De acordo com o exposto, é correto afirmar que o administrador público

- A) violou o princípio da proporcionalidade, sendo o ato administrativo passível de nulidade.
- B) agiu legalmente porque os meios adotados justificam os fins, ainda que estes sejam de manifesta má-fé.
- C) agiu legalmente porque a crise financeira justifica as medidas excepcionais, ainda que haja visivelmente violação ao princípio da proporcionalidade.
- D) agiu legalmente porque a vontade estatal está pautada numa competência administrativa discricionária que no caso concreto afasta o princípio da proporcionalidade.

22

Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

(Data de Aprovação. Sessão Plenária de 21/08/2008. Fonte de Publicação. DJe nº 162/2008, p. 1, em 29/08/2008. DOU de 29/08/2008, p. 1.)

Neste caso, a Súmula citada concretiza o princípio da

- A) autotutela.
- B) legitimidade.
- C) impessoalidade.
- D) razoável duração do processo.

23

Qualquer ato de autoridade, para ser irrepreensível, deve conformar-se com a lei, com a moral da instituição e com o interesse público. Sobre o uso e abuso do poder, é INCORRETO afirmar que

- A) o uso do poder é lícito; o abuso, sempre ilícito.
- B) o ato administrativo imoral ou ilegal expõe-se à nulidade.
- C) o gênero abuso de poder ou abuso de autoridade reparte-se em duas espécies: o excesso de poder e o desvio de finalidade.
- D) o abuso do poder se manifesta sempre de forma comissiva, posto que a forma omissiva representa a inércia da autoridade administrativa.

24

O princípio democrático encontra-se inscrito no Art. 1º parágrafo único da Constituição Brasileira que dispõe: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Assinale a alternativa que contempla direito político que representa desdobramento direto deste princípio.

- A) Filiação partidária.
- B) Sufrágio capacitário.
- C) Iniciativa popular das leis.
- D) Referendo para aprovação de projeto de lei.

25

O voto é o instrumento do exercício do direito de sufrágio. De acordo com a Constituição Brasileira, analise as afirmativas acerca do voto.

- I. É um direito público objetivo, que garante a representação do eleitor.
- II. É função política e social de soberania popular na democracia representativa.
- III. É um dever de todo cidadão brasileiro, de comparecer à eleição e votar.
- IV. É um direito-dever que representa a capacidade eleitoral ativa.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

26

A Justiça Eleitoral é composta por distintos órgãos, os quais possuem composição e atribuições específicas. As atribuições do Corregedor Geral da Justiça Eleitoral são fixadas pelo

- A) Tribunal Superior Eleitoral.
- B) Supremo Tribunal Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

27

A obrigatoriedade do voto consiste em determinar que o cidadão compareça à seção eleitoral, assine a folha de presença e manifeste sua vontade na urna de votação, havendo, inclusive, sanção para sua ausência; sem a prova de que votou na última eleição ou pagou a respectiva multa ou ainda de que se justificou devidamente, NÃO poderá o eleitor

- A) obter comprovante de situação cadastral no CPF.
- B) obter registro de empresa da qual participe na Junta Comercial.
- C) participar de concorrência pública com relação à União Federal e suas autarquias.
- D) renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.

28

“Raj adquiriu a propriedade de um imóvel situado no município XX tendo realizado todos os trâmites para a correta transmissão do bem de acordo com as regras vigentes no sistema pátrio.” Ao efetuar pesquisa sobre o instituto da propriedade, garantido pela Constituição Federal, verifica que nos termos da Lei Maior trata-se de direito garantido de forma

- A) absoluta sem quaisquer limitações.
- B) coletiva de acordo com o sistema socialista.
- C) privada que pode sofrer restrição de acordo com a sua função social.
- D) individual podendo sofrer desapropriação sem qualquer razão expressa pelo Estado.

29

“Esculápio é médico radicado em município situado em região metropolitana de intensa atividade econômica há longos anos. Após ser diagnosticado com nível elevado de estresse, resolve transferir as suas atividades para o município W que possui cerca de cinco mil habitantes, passando a levar uma vida mais pacata. O médico integra-se por completo à sociedade local e decide contribuir para a atividade política, criando uma associação destinada a fiscalizar a atividade política. Um dos atos encampados pela sua associação foi o de solicitar ao Juiz com competência eleitoral a realização de prova de escolaridade básica com o intuito de comprovação da situação de eleitores e candidatos como analfabetos.” Esse controle sobre a atuação política do analfabeto decorre do regime constitucional que estipula o(a)

- A) voto do analfabeto como obrigatório.
- B) exercício do voto pelo analfabeto sendo restrito.
- C) candidatura a cargo eletivo do analfabeto como vedada.
- D) analfabeto tendo cota para candidatar-se nas eleições municipais.

30

“Menelau, um jovem empresário, resolve participar ativamente da vida política e, após pesquisar o universo partidário entende que a ideologia que defende ficaria melhor divulgada através da criação de um novo partido político. Consulta advogado especializado em Direito Eleitoral que informa a existência de inúmeras exigências previstas constitucionalmente.” Dentre estas exigências consta a

- A) defesa nos estatutos do regime democrático.
- B) possibilidade de financiamento externo de entidades governamentais.
- C) necessidade de prestação de contas aos partidos políticos já instituídos.
- D) regionalização dos seus quadros para representar os vários segmentos sociais.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

31

Ao longo do exercício do cargo poderá o servidor passar por determinadas circunstâncias que impliquem em alterações em sua rotina laboral, trazendo como consequência situações de readaptação, de reintegração, de recondução, entre outros institutos legalmente reconhecidos. Sobre as definições de tais institutos, é correto afirmar que

- A) recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou da reintegração do anterior ocupante.
- B) reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- C) reversão é o retorno à atividade de servidor exonerado do serviço público, em decorrência de recurso administrativo, quando a autoridade decidir serem insubsistentes os motivos alegados para a exoneração.
- D) readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

32

Dentre as previsões constitucionais quanto ao exercício dos direitos está o direito de petição, o qual é também garantido aos servidores públicos nos exercício de suas funções. No que tange a tal direito, assinale a alternativa correta.

- A) Em caso de indeferimento do recurso, cabe ainda pedido de reconsideração dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- B) À própria autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, caberá recurso por aquele que exerce o direito de petição.
- C) Exercido o direito de petição, em caso de indeferimento do pedido, caberá recurso dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver proferido a decisão.
- D) Exercido o direito de petição, contra a decisão da autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão é cabível o pedido de reconsideração à autoridade hierarquicamente superior.

33

Como regra geral, o serviço público é desempenhado por aqueles que exercem cargos públicos ou função de confiança. No que se refere ao efetivo desempenho das atribuições dos cargos públicos ou da função de confiança, é correto afirmar que estas se darão no

- A) prazo de 30 dias, a partir da publicação do ato de provimento.
- B) prazo de 15 a 45 dias, contados a partir do ato de remoção, no caso do servidor removido para exercício em outro município.
- C) prazo de 30 dias, contados a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data do ato de designação da função de confiança.
- D) prazo de 15 dias, a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data de publicação do ato de designação da função de confiança.

34

O servidor empossado em cargo efetivo, ao iniciar o exercício de suas atividades, se submeterá ao estágio probatório, cuja finalidade é a realização da avaliação de sua aptidão e capacidade de desempenho do cargo. A avaliação do servidor nas condições mencionadas considera fatores específicos, dentre os quais:

- A) A disciplina e a assiduidade.
- B) A produtividade e a imparcialidade.
- C) A capacidade de criação e a disciplina.
- D) A responsabilidade e a capacidade de criação.

35

O serviço público prima pela legalidade. Assim, o desrespeito ao cumprimento das normas no exercício do serviço público implicará em algumas possíveis consequências. De acordo com o exposto, assinale a alternativa correta.

- A) Realizada denúncia, será necessariamente aberta a sindicância que resultará sempre na instauração de um processo administrativo disciplinar, o qual deverá ser automaticamente instaurado.
- B) A abertura de sindicância pode resultar na instauração de processo administrativo disciplinar, o qual será sempre obrigatório quando o ato ilícito praticado pelo servidor implicar em qualquer tipo de penalidade, inclusive advertência.
- C) Realizada denúncia de irregularidade, ainda que o denunciante a faça por escrito, tendo a autenticidade confirmada e se identifique nos termos da lei, a apuração da mesma irá depender de decisão decorrente de ato discricionário da autoridade do serviço público.
- D) A abertura de sindicância pode resultar na instauração de processo administrativo disciplinar, o qual será sempre obrigatório quando o ato ilícito praticado pelo servidor implicar na imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão.

REGIMENTO INTERNO DO TRE/MG

36

O Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) (Resolução do TRE/MG nº 873, de 10/11/2011, e alterações posteriores) disciplina, dentre outras matérias, a sua forma de organização. Em relação à composição do Tribunal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais é composto por sete membros, sendo dois escolhidos dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, mediante eleição, por voto secreto.
- B) Os Juízes do Tribunal, titulares ou substitutos, servirão obrigatoriamente por dois anos e nunca por mais de dois biênios consecutivos, não podendo ser dispensados da função eleitoral antes do transcurso do biênio.
- C) Não podem fazer parte do Tribunal cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, devendo ser excluído, neste caso, aquele que tiver sido escolhido por último.
- D) Não podem fazer parte do Tribunal, no período compreendido entre a homologação da convenção partidária destinada à escolha de candidatos e a proclamação dos eleitos, o cônjuge, o companheiro, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo na circunscrição.

37

Sobre a competência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), faz parte de suas atribuições jurisdicionais processar e julgar originariamente

- A) os pedidos de mandado de segurança contra atos administrativos do Tribunal.
- B) os pedidos de *habeas data* e de mandado de injunção, em todos os casos previstos na Constituição.
- C) o pedido de designação dos membros do Ministério Público Estadual para exercerem as funções de Promotor Eleitoral junto aos Juízos e Juntas Eleitorais.
- D) as ações de impugnação de mandato eletivo apresentadas contra candidato eleito em pleitos federal, inclusive para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, e estadual.

38

Com relação às competências do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete ao Vice-Presidente do Tribunal convocar as sessões extraordinárias.
- II. Compete ao Vice-Presidente exercer a Direção-Geral da Escola Judiciária.
- III. Compete ao Presidente nomear, promover, exonerar e aposentar, nos termos da lei, os servidores do Quadro da Secretaria.
- IV. Compete ao Presidente dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as sessões de julgamento, propor e encaminhar as questões, registrar e apurar os votos, proclamar o resultado e subscrever a respectiva súmula de julgamento.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

39

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) reunir-se-á ordinariamente oito vezes por mês e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, mediante convocação do Presidente ou do próprio Tribunal (Art. 77 Resolução do TRE/MG nº 873/2011). Sobre as sessões do tribunal,

- A) não poderão ser gravadas, salvo determinação em contrário do Presidente do Tribunal.
- B) serão presididas pelo Juiz mais antigo que estiver presente, na ausência ou impedimento do Presidente.
- C) serão públicas, exceto se o interesse público exigir que se limite a presença em determinados atos às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, nos casos de lei.
- D) é vedada a participação de advogados para produzir sustentação oral ou para prestar esclarecimentos sobre fatos e circunstâncias, mesmo se pertinentes à matéria em debate.

40

Nos termos dispostos pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) (Resolução nº 873/2011 do TRE/MG e alterações posteriores), o Procurador Regional Eleitoral NÃO é competente para

- A) nomear os membros das Juntas Eleitorais, depois de aprovados pelo Tribunal.
- B) coordenar e dirigir, no Estado, as atividades do Ministério Público junto à Justiça Eleitoral.
- C) assistir ao exame, no Tribunal, de urna, quando houver suspeita de ela ter sido violada e opinar sobre o parecer dos peritos.
- D) promover a ação penal nos crimes eleitorais, podendo requisitar diligências investigatórias, em todos os casos de competência originária do Tribunal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nacional. Como parte dos relatórios contábil-financeiros, as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. É correto afirmar que os componentes relacionados diretamente à representação estruturada da posição patrimonial e financeira são apenas

- A) Ativo e Receitas.
- B) Receitas e Despesas.
- C) Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.
- D) Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas.

42

A contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades. Para isso tem definido de forma clara sua finalidade e formas de escrituração. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A principal finalidade da contabilidade é fornecer informações sobre o patrimônio, informações estas de ordem econômica e financeira para facilitar as tomadas de decisões por parte dos seus usuários.
- II. Diversos são os tipos de usuários interessados nas informações contidas nas demonstrações contábeis das entidades. Um desses grupos é constituído pelos clientes, cujo interesse é tanto menor quanto maior forem a sua dependência e a concentração nos fornecimentos de algumas poucas entidades.
- III. A escrituração começa pelo livro razão, no qual todos os registros são efetuados mediante documentos que comprovem as ocorrências dos fatos.
- IV. A escrituração é uma das técnicas utilizadas pela contabilidade que consiste em registrar, nos livros contábeis, os acontecimentos que provocam ou que possam provocar modificações futuras do patrimônio.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.

43

A receita orçamentária é classificada visando a identificação da origem do recurso segundo o fato gerador. Sua classificação contém todas as informações necessárias para as alocações orçamentárias. Quanto à classificação econômica, as receitas são classificadas em correntes e de capital. É classificada como receita corrente somente

- A) alienação de bens.
- B) receita agropecuária.
- C) operações de crédito.
- D) amortização de empréstimos.

44

Tendo em vista que, em todos os lançamentos, o valor do débito é exatamente igual ao valor do crédito, a soma de todas as contas com saldo devedor deve corresponder à soma de todas as contas com saldo credor. Para verificar se as somas estão corretas, utiliza-se o balancete de verificação. Em relação ao balancete de verificação, analise.

- I. É elaborado com base nos saldos de todas as contas do diário.
- II. Seu principal objetivo é testar (verificar) se o método das partidas dobradas foi respeitado, portanto, o único erro de escrituração que o mesmo aponta ou representa é o da troca de saldos (devedores por credores e vice-versa).
- III. O grau de detalhamento do balancete de verificação deverá ser consentâneo com sua finalidade.
- IV. Os elementos mínimos que devem constar do balancete de verificação são: identificação da entidade, data a que se refere, abrangência, identificação das contas e respectivos grupos, e saldos das contas somando os saldos devedores com os credores.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

45

Os atos administrativos são os que não provocam alterações nos elementos do patrimônio ou do resultado, portanto, não são de interesse da contabilidade. Os fatos administrativos são os que provocam alterações nos elementos do patrimônio ou do resultado, portanto, interessam à contabilidade. “Uma empresa pagou, em atraso, uma obrigação tributária. A mesma já estava registrada em seu Passivo. O pagamento teve que ser realizado acrescentando os respectivos acréscimos legais.” Essa operação caracteriza-se como um fato contábil

- A) permutativo.
- B) misto diminutivo.
- C) modificativo diminutivo.
- D) compensativo aumentativo.

46

Duas correntes são a base de finanças modernas, uma inaugurada por *Modigliane e Miller* (1958), chamada de Finanças Corporativas, e outra iniciada por *Markowitz* (1952) e direcionada aos estudos de portfólio e de risco e de retorno. Para *Markowitz* é possível diminuir o risco através da diversificação de ativos com reduzido nível de covariância. Como a evolução do estudo de finanças das empresas que tem como objetivo a maximização da riqueza, é necessária a compreensão, pelo gestor, de um contexto maior e mais complexo. São inseridas nessas exigências uma sofisticada avaliação de riscos, novas formas de atuação no mercado, gestão baseada no valor e governanças corporativas. Diante do exposto, é correto afirmar que o critério mais indicado para tomada de decisão financeira é o(a)s

- A) receita líquida obtida.
- B) lucro contábil produzido.
- C) valor de mercado da empresa.
- D) dívidas obtidas pela empresa.

47

O Balanço é a apuração da situação de determinado patrimônio, em determinado instante, representada sinteticamente, num quadro de duas seções: Ativo e Passivo. É também entendido como a igualdade de duas somas, de uma conta ou de um quadro. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais. A demonstração que mostra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, atendendo à administração como instrumento de auxílio no controle da legalidade e eficiência das operações realizadas, bem como fornecendo aos órgãos fiscalizadores condições para verificar, de forma global, o desempenho da administração e o emprego dos recursos públicos é o(a)

- A) Balanço Social.
- B) Balanço Financeiro.
- C) Balanço Orçamentário.
- D) Demonstração das Variações Patrimoniais.

48

A Lei nº 9096/1995 dispõe que o partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por

- A) entidade de classe ou sindical.
- B) entidade ou governos estrangeiros.
- C) multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas.
- D) autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações constituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais.

49

O objetivo primordial da conciliação bancária é o de efetuar a adaptação do saldo do extrato bancário ao saldo registrado na conta Banco conta Movimento no livro razão da entidade. Após a confrontação dos valores registrados na contabilidade com os valores apontados no extrato bancário, serão efetuados e/ou contabilizados os ajustes necessários à identificação das prováveis diferenças entre o saldo especificado no extrato bancário e o saldo registrado no Razão da empresa. Os principais ajustes e/ou diferenças entre os saldos (no Razão da empresa e no extrato bancário) decorrem de:

- I. Cheques emitidos e contabilizados pela empresa ainda não apresentados ao banco pelo credor da empresa.
- II. Avisos bancários acusados no respectivo extrato de movimentação da conta corrente, já registrados na contabilidade da empresa.
- III. Créditos ou débitos efetuados por movimentação das contas especiais (bancos conta de Caução ou conta Vinculada) atreladas à conta Banco Conta Movimento (conta de livre movimentação através de depósitos bancários, saques ou da emissão de cheques ou autorização de débitos).
- IV. Depósitos efetuados pela empresa e creditados em conta corrente bancária.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III. B) II e III. C) II e IV. D) III e IV.

50

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia a variação do grupo disponível da sociedade entre dois exercícios sociais consecutivos. O grupo disponível compreende a soma dos saldos das contas Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata. É correto afirmar que os juros pagos e recebidos e os dividendos e juros sobre o capital próprio das entidades recebidos são comumente classificados como:

- A) Equivalente de caixa.
- B) Fluxos de caixa de investimento.
- C) Fluxos de caixa de financiamento.
- D) Fluxos de caixa operacionais em instituições financeiras. Todavia, não há consenso sobre a classificação desses fluxos de caixa para outras entidades.

51

A depreciação é uma estimativa do desgaste do bem, podendo ocorrer casos em que ele esteja totalmente depreciado e ainda tenha condições de produzir ou possuir valor de revenda no mercado. O bem pode ser depreciado a partir do período em que ele foi posto em funcionamento. Assinale a alternativa em que é vedada a dedução da despesa de depreciação ou exaustão.

- A) Terrenos. C) Carros da empresa.
- B) Semoventes. D) Equipamentos da empresa.

52

A contabilidade é objetivamente um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica e financeira. As entidades de fins não econômicos apresentam denominações e contas específicas que são representadas em seus demonstrativos. A denominação "Demonstração do Resultado", para organizações sem fins lucrativos, deverá ser substituída por demonstração

- A) de resultado nulo. C) do *superávit* ou *déficit*.
- B) sem fins lucrativos. D) das mutações do patrimônio social.

53

As demonstrações contábeis serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. A Lei das Sociedades por Ações estabelece que as notas explicativas devam indicar as seguintes informações, EXCETO:

- A) Os ajustes de exercícios anteriores.
- B) Os investimentos em outras sociedades, quando não relevantes.
- C) O aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações.
- D) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo.

54

O Plano Plurianual é um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro do próximo mandato. O instrumento para elaboração do Plano Plurianual que organiza a atuação governamental e articula o conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum e preestabelecido, mensuradas por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual, visando a solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade é chamado de

- A) controle. C) programas.
B) objetivos. D) diretrizes de governo.

55

Despesas orçamentárias são as que estão discriminadas e fixadas no orçamento, estando, por conseguinte, previamente autorizadas pelo Legislativo instituídas pelas normas legais e com adoção pelos três níveis de governos. A classificação da despesa que tem como finalidade delimitar a despesa, definindo-a pelo maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público é

- A) funcional. C) institucional.
B) econômica. D) estrutural programática.

56

Os créditos do orçamento são definidos pela combinação da classificação institucional, funcional, programática e econômica, tendo um valor definido para a execução orçamentária anual, na forma adotada pelo planejamento. Os créditos destinados a cobrir despesas imprevisíveis e urgentes como decorrentes de guerra, comoção e subversão interna ou calamidade pública são chamados de créditos

- A) especiais. B) adicionais. C) suplementares. D) extraordinários.

57

O partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas. O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até

- A) 30 de abril do ano seguinte. C) 31 de outubro do ano corrente.
B) 2 de janeiro do ano seguinte. D) 31 de dezembro do ano corrente.

58

De acordo com Lei Complementar nº 101/2000, lei estadual ou municipal poderá fixar limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias. Poderá(ão) ser oferecido(s) em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda

- A) qualquer dívida patrimonial.
B) as ações das empresas de economia mista.
C) os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia.
D) os títulos de debêntures das empresas de capital aberto, desde que devidamente acompanhados das demonstrações.

59

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, em relação às transferências correntes: das subvenções sociais, fundamentalmente, e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base

- A) na estimativa dos serviços a serem prestados.
B) nos padrões mínimos de eficiência a serem estipulados posteriormente.
C) nas dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado, pela empresa de gêneros alimentícios ou outros materiais.
D) em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

60

A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo: pela aprovação, quando estiverem regulares; pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade; pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade; pela não prestação, quando não apresentadas as contas após a notificação emitida pela Justiça Eleitoral. Caso a decisão seja pela não prestação, constará obrigação expressa de prestar as suas contas, contas de campanha, no prazo de

A) sete dias úteis.

B) vinte e quatro horas.

C) setenta e duas horas.

D) oito dias antes da diplomação.

PROVA DISCURSIVA**ORIENTAÇÕES GERAIS**

As provas discursivas para o cargo de Técnico Judiciário:

- serão compostas de 2 (duas) questões discursivas no valor de 5,00 (cinco) pontos cada, perfazendo um total máximo de até 10,00 (dez) pontos na etapa. Cada questão consistirá na elaboração de texto de, no mínimo, **10 (dez)** e, no máximo, **15 (quinze) linhas**;
- têm o objetivo de avaliar o conteúdo e o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, e, para tanto, o candidato deverá produzir com base em tema formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão;
- deverão ser manuscritas, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

A folha de textos definitivos das provas discursivas não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação das provas discursivas. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de textos definitivos acarretará a anulação das provas discursivas.

A folha de textos definitivos será o único documento válido para avaliação das provas discursivas. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação.

A folha de textos definitivos não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

Questão 01

“No ano de 2013, um determinado partido político X informou ao Tribunal Regional Eleitoral, dentro do prazo exigido, o Balanço Patrimonial. O partido X declarou a propriedade de um imóvel adquirido e registrado na contabilidade por R\$ 500.000,00. Verificou-se que o valor contábil do ativo imobilizado em questão apresentou um valor acima da quantia a ser recuperada através do uso ou da venda desse ativo, sendo possível afirmar que esse ativo está em imparidade (*impairment*).”

Diante do exposto, disserte sobre os parâmetros a serem utilizados para a realização do teste de imparidade e sobre a diferença entre valor recuperável e depreciação.

RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	

Questão 02

“A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.”

Considerando a afirmativa anterior, disserte sobre a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa como instrumento de avaliação da gestão pública.

RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1 (BRANCA). Portanto, **verifique se sua folha de respostas (Prova Objetiva) também se refere ao tipo 1** e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1) Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - este caderno de provas contendo 60 questões, cada qual com 4 alternativas de respostas (A, B, C, e D), e duas questões discursivas, com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas, numerada de 1 a 60;
 - uma folha de texto definitivo destinada às questões da prova discursiva, com o máximo de 15 (quinze) linhas.
- 2) Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala.
- 3) Ao receber a folha de respostas e a folha de texto definitivo, você deve OBRIGATORIAMENTE:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e da escrita da prova discursiva/redação;
 - marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar ambas as folhas, nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- 4) As questões objetivas são identificadas pelos números situados acima dos seus enunciados.
- 5) Na redação do texto da prova discursiva, o candidato deverá observar as seguintes regras:
 - a primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas;
 - será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida;
 - a folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de sua anulação. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará ANULAÇÃO da prova discursiva.
- 6) Durante a aplicação da prova NÃO será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira, grafite e borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- 7) A Consulplan realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de texto definitivo.
- 8) O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de tinta indelével de cor azul ou preta. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de texto definitivo por erro do candidato.
- 9) O tempo disponível para a realização da prova é de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
- 10) Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de texto definitivo, sendo que não é permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- 11) Somente após decorridas 2 horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, porém, sem levar o caderno de provas.
- 12) Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- 13) Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de texto definitivo e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do concurso público.
- 14) Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário.
- 15) Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico <http://www.consulplan.net>, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da sua realização.
- 16) O candidato que desejar interpor recursos contra a aplicação das provas e contra os gabaritos preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, ou seja, de 00h00min do dia 31 de março de 2015 até as 23h59min do dia 2 de abril de 2015, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília/DF.